

|| SOCIEDADE

"Pressão da Igreja sobre o Governo é necessária"

AMADEU ARAÚJO, VISEU

Há razões para este mal-estar entre a Igreja Católica e o Estado?

Há necessidade de reflectir alguns pontos na relação entre a Igreja e o Estado em aspectos como a educação, segurança e solidariedade social, comunicação social e o serviço de capelania nas prisões e hospitais. Pontos que derivam da Concordata que ainda não tem a funcionar, como a própria lei exige, a comissão paritária, porque o Governo não formaliza os seus representantes e continua a legislar em matérias da Concordata e cujo entendimento da Igreja é diferente.



O Estado exige mais às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) da Igreja que às do próprio Estado?

Por vezes, existe a necessidade de lembrar ao Governo que a Igreja tem um papel muito importante na resposta a problemas sociais muito graves e abundantes. É preciso que o Estado colabore com a Igreja e que entenda que as IPSS que a Igreja coordena estão ao serviço das pessoas e não fazem selecção pela raça, ideologia ou credo religioso. É importante, para que estas instituições não asfixiem, disporem das mesmas condições que as outras IPSS do Estado ou que com ele colaboram. A Igreja não reivindica privilégios no apoio às obras de solidariedade que faz, apenas reivindica justiça. O



Diário de Notícias 10-07-2007

que não está a acontecer porque as exigências ao nível da aprovação destas instituições e do pessoal técnico são diferentes para o que é do Estado e o que é da Igreja, com um caderno de encargos mais rigoroso e que asfixia o seu funcionamento.

As medidas que o Governo tem vindo a tomar na área educativa afectam a actividade da Igreja?

As escolas da Igreja estão ao serviço de toda a população sem exclusão e a Igreja deve dar às pessoas o direito à liberdade de escolha. E as pessoas que escolhem as escolas da Igreja devem ter as mesmas condições que aquelas que escolhem as escolas públicas. O Governo também está a dificultar a nomeação de professores de Educação Moral e Religiosa para as escolas públicas. A Comissão de Educação Religiosa da CEP e diversos bispos já há muito que solicitaram uma audiência com a ministra da Educação mas a resposta foi que a Igreja Católica será recebida em conjunto com as outras igrejas. Também as instituições da Igreja que estão na área do Apoio aos Tempos Livres (ATL) não estão a ser apoiadas como outras instituições ligadas ao Estado. Os ATL da Igreja não estão a ser considerados como parceiros.

Existem razões para convocar uma assembleia geral extraordinária da CEP?

É necessária esta forma de pressão para que o Governo venha ao diálogo. Quando uma parte não cumpre as suas obrigações, é importante, é dever mesmo, que a outra parte pressione, pressione positivamente para que se faça um esforço.